

Fábio Bragança Zago

# POSSE EM BENS PUBLICOS DESAFETADOS

*A regularização de áreas  
públicas urbanas desfuncionalizadas  
pela Lei nº 13.465/17 e Súmula 619/STJ*

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2021

Copyright © 2021 by Fábio Bragança Zago

Categoria: Direito Civil

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

1195953

Z18p

Zago, Fábio Bragança

Posse em bens públicos desafetados : A regularização de áreas públicas  
urbanas desfuncionalizadas pela Lei nº 13.465/17 e Súmula 619/STJ / Fábio  
Bragança Zago. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

300 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 247-276

ISBN 978-65-5510-601-5

1. Direito urbanístico – Brasil. 2. Posse (Direito). 3. Bens públicos.  
4. Função social da propriedade. 5. Direito à moradia. I. Título.

CDD 346.81045

Ficha catalográfica elaborada por Roge Cavalcante da Silva CRB-8/010483

## Sumário

Introdução .....	1
1. A Posse de Bens Públicos Dominicais.....	25
1.1 A insuficiente presunção da função social da propriedade pública .....	31
1.2 A preponderante realização da função social pela posse ad interdicta sobre a titularidade do bem .....	51
1.3 A (in)constitucionalidade da usucapião de bens públicos.....	60
2. O Enquadramento da Ocupação Funcionalizada de Bens Públicos Dominicais pela Lei nº 13.465/17 .....	79
2.1 As insubsistentes alegações de inconstitucionalidade .....	80
2.2 A posse em bem público desafetado permite a utilização da legitimação fundiária.....	95
3. A Efetivação dos Direitos Fundamentais Decorrentes da Posse de Bens Públicos Desafetados: Necessário Ajuste na Jurisprudência do STJ.....	121
3.1 A ilegal inclusão de bens públicos dominicais na súmula 619/STJ: a posse produz efeitos independente da natureza pública do bem .....	124
3.2 Os mitigados efeitos da posse de bens públicos desafetados a partir da nova lei processual: a concretização do direito fundamental de moradia nesses locais pela política pública de regularização fundiária na cidade.....	178
Conclusão .....	241
Anexo/Referências Bibliográficas .....	247